

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte

Jornal do Brasil

Class.:

82

Data

23/10/87

Pg.:

Decisão sobre terra de índio exige 5 votações

BRASÍLIA — A definição das terras indígenas provocou um confronto entre esquerdistas e conservadores na Comissão de Sistematização. Foram necessárias cinco votações para aprovar o texto do relator Bernardo Cabral porque a esquerda, com apoio da liderança do PMDB, tentou excluir a expressão "posse imemorial" do parágrafo referente às terras indígenas que são propriedade da União.

"Houve um retrocesso com relação a todas as Constituições brasileiras", disse o deputado José Genoíno (PT-SP). O deputado Gerson Peres (PDS-PA), da ala conservadora, aplaudiu a manutenção do texto de Cabral: "Foi um avanço".

Defendendo a posição da esquerda, o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) argumentou que a expressão "posse imemorial" significaria que os índios, numa disputa de terras, precisariam provar na Justiça que sempre estiveram ali. O deputado Gastone Righi (PTB-SP) disse que a interpretação era outra que que a expressão "posse imemorial" garantia a posse dessas terras pela União.

As votações — O confronto começou na quarta-feira, quando houve três votações. Na primeira, para decidir se a emenda do deputado Euclides Scalco teria preferência, o resultado foi 32 contra 23 votos. Apesar de derrotada no pedido de prioridade, a esquerda se animou. Mas na apreciação da proposta, que retirava do texto a expressão "posse imemorial", conseguiu somente 44 votos

contra 40. Para aprovar emenda, são necessários 47 votos.

Nova tentativa foi feita pela esquerda, para aprovar a proposta do líder do PC do B, deputado Haroldo Lima, que declarava simplesmente como propriedade da União "as terras habitadas pelos índios". Houve empate de 43 a 43.

Quando a sessão reabriu ontem, foi posta em votação emenda do líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, que tinha a mesma redação da emenda de Haroldo Lima. Ao contrário do que ocorrera na véspera alguns titulares da Comissão assumiram para impedir que os suplentes de esquerda votassem. Os conservadores se beneficiaram também da ausência de parlamentares progressistas. Foram 46 votos para manter o texto contra 41 para modificar. Mais uma vez, nenhum dos lados atingia o número mínimo de 47 votos.

Foi necessária a quinta votação. Era a emenda, de mesmo teor, do deputado José Carlos Sabóia (PMDB-MA). Os conservadores se articularam com mais rapidez e conseguiram 51 votos contra 42 da esquerda.

Tempo perdido — A Comissão de Sistematização levou quase uma hora e meia para decidir que as faixas de fronteira consideradas necessárias à segurança nacional terão "até 150 km". A demora, motivada por emendas que alteravam a faixa de 150 km para 50, 60 e 66, irritou o plenário. Até agora, só foram votados 19 dos 336 artigos do substitutivo do relator Bernardo Cabral.